

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.337.933 - SP (2012/0165866-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **MOMENTUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E OUTROS**  
**ADVOGADO** : **FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA E OUTRO(S) - SP132649**  
**RECORRIDO** : **FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON**  
**PROCURADOR** : **VALTER FARID ANTÔNIO JUNIOR E OUTRO(S) - SP146249**  
**RECORRIDO** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO** : **ROSANA MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S)**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL COLETIVA. VENDA CASADA. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE VALORES. PRESCRIÇÃO. VINTENÁRIA. SÚMULA 83 DO STJ.

1. "Consoante o anterior Código Civil, é vintenário o prazo prescricional para o reconhecimento da existência de cláusulas contratuais abusivas e a conseqüente restituição das quantias pagas a maior" (AgRg no Ag 1018256/SP, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 07/08/2008, DJe 28/08/2008).

2. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por MOMENTUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Ação civil coletiva. Procon apto a figurar no polo ativo, pois defende interesses ou direitos coletivos. Pedido certo e determinado. Devido processo legal observado. Agravo retido improvido. Prescrição que é vintenária, já que abrange direito pessoal. Aquisição de imóvel em que ocorre pagamento de corretagem em duplicidade. 'Venda casada' configurada. Inadmissibilidade, porquanto origina onerosidade excessiva ao consumidor. Princípio da boa-fé objetiva violado. Apelos desprovidos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados com aplicação de multa.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 178, §9º, V, do Código Civil de 1916, sustentando a ocorrência de prescrição, uma vez que o pedido da parte autora tem como pressuposto a anulação dos contratos firmados, de forma que seria aplicado o prazo prescricional de quatro anos e não o vintenário.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 1.017-1.024.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 1.081-1.085.

É o relatório. Decido.

2. Na espécie, a parte recorrente alega que *"a recorrida pretende a devolução em dobro dos valores cobrados dos consumidores a título de comissão de corretagem, pedido que tem como pressuposto a anulação dos contratos firmados, ainda que por suposta violação a dispositivo regente das relações consumeristas"* (fl. 1.007). Aduz que se aplicaria o prazo prescricional de quatro anos previsto no art. 178, §9º, V, do Código Civil de 1916, arguindo que *"não é pelo simples fato de não estar em discussão a ocorrência de vício de consentimento que se afasta a aplicação do referido dispositivo legal, posto que o mesmo se aplica a todas as ações onde se pretenda a anulação ou rescisão de contratos"* (fl. 1.008).

Sobre o tema, a Corte local concluiu pela ausência de prescrição, uma vez que se aplicaria o prazo prescricional vintenário, com a seguinte fundamentação (fl. 982):

"No que diz respeito à prescrição, não se vislumbra suporte para seu reconhecimento, uma vez que abrange ações pessoais, consequentemente, se trata de prescrição vintenária, e a devolução das quantias pagas em dobro se reporta a cada caso individualmente, o que é suficiente para impossibilitar juridicamente o reconhecimento da prescrição no caso em espécie."

Verifica-se a conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ.

É assente nesta Corte Superior o entendimento de que, em situações como a dos autos, envolvendo pedido de restituição de valores pagos a maior com base em reconhecimento de cláusula contratual abusiva a ensejar anulação de contrato, o prazo prescricional é vintenário no Código Civil de 1916, não se aplicando o prazo de quatro anos do art. 178, §9º, V, do Código Civil de 1916.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL - PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA PELO ÍNDICE SINDUSCON APÓS O TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO - PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA, À LUZ DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - AGRAVO IMPROVIDO.

**1. Consoante o anterior Código Civil, é vintenário o prazo prescricional para o reconhecimento da existência de cláusulas contratuais abusivas e a conseqüente restituição das quantias pagas a maior.**

**2. A hipótese do art. 178, § 9º, V, do CC/1916 diz respeito aos casos de anulação ou rescisão de negócio eivado de vício de consentimento ou celebrado por incapaz, situação diversa da dos autos.**

**3. Agravo regimental improvido.**

(AgRg no Ag 1018256/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 28/08/2008)(g.n.)

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. ALEGAÇÃO DE QUE NÃO RESTOU COMPROVADA A EXISTÊNCIA DE ANATOCISMO. REEXAME DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE.

**I.- O prazo prescricional para as ações revisionais de contrato bancário, nas quais se pede o reconhecimento da existência de cláusulas contratuais abusivas e a conseqüente restituição das quantias pagas a maior, é vintenário (sob a égide do Código Civil de 1916) ou decenal (na vigência do novo Codex) pois fundadas em direito pessoal. Precedentes**

II.- O acolhimento da pretensão recursal para que se conclua no sentido de que restou comprovada a inexistência do anatocismo, demandaria o reexame das provas dos autos, bem como a interpretação das cláusulas do ajuste celebrado pelas partes, obstando a admissibilidade do especial as Súmulas 5 e 7 do STJ, sendo certo que esta Corte, no julgamento do Recurso Especial, considera os fatos tais como delineados pelo Acórdão recorrido.

Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1057248/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 04/05/2011)(g.n.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA REQUERIDA

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

**2. A ação anulação do contrato de promessa de compra e venda por abusividade de cláusula tem natureza pessoal, de modo que, para avenças firmadas na vigência do Código Civil de 1916, aplica-se o prazo prescricional vintenário. Precedentes. 2.1. O prazo previsto no Art. 178, § 5º, V, do CC/16 diz respeito à anulação do negócio jurídico por vícios de consentimento, sociais e, ainda, por incapacidade da parte, hipóteses diversas do caso presente.**

3. A insuficiência das razões recursais e subsistência de fundamento inatacado, apto a manter o acórdão recorrido impõe a inadmissão do recurso especial. Incidência, por analogia, das Súmulas 283/STF e 284/STF.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no Ag 1376791/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018)

Desse modo, não merece reparos a decisão hostilizada, pois o acórdão recorrido julgou no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte Superior. No caso concreto, as razões recursais encontram óbice na Súmula 83 do STJ, que determina a pronta rejeição dos recursos a ele dirigidos, quando o entendimento adotado pelo e.

Tribunal de origem estiver em conformidade com a jurisprudência aqui sedimentada, entendimento aplicável também aos recursos especiais fundados na alínea “a” do permissivo constitucional.

3. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

